

Capital S/A

SAMANTA SALLUM
samantasallum.df@cnet.com.br

“O otimista é um tolo. O pessimista, um chato. Bom mesmo é ser um realista esperançoso.”

Ariano Suassuna

CNI se manifesta “indignada” com Copom

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) recebeu “com indignação”, segundo manifesto oficial da entidade, a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central de aumentar a taxa básica de juros (Selic) em 0,5 ponto percentual. O movimento foi intensificado, já que o banco subiu o ritmo de aumento em 0,25 ponto percentual frente à reunião anterior. “Trata-se de mais uma decisão extremamente conservadora da autoridade monetária. Isso porque o nível em que a Selic se encontrava antes da reunião já era mais do que suficiente para manter a inflação sob controle. Por isso, a elevação na Selic apenas irá trazer prejuízos desnecessários à atividade econômica, com reflexos negativos em termos de criação de emprego e renda para a população.”



Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) os itens com preços mais voláteis. A média dos cinco principais núcleos de inflação no acumulado em 12 meses até setembro foi de 3,8%, enquanto essa média havia registrado 4,3% no acumulado em 12 meses até dezembro de 2023.

Medida “excessiva”

Para o setor industrial, a Selic está em patamar “excessivo e incompatível” com os elementos que influenciam o quadro inflacionário. A CNI estima que a taxa básica de juros de equilíbrio deveria estar em 8,4% ao ano, considerando a inflação acumulada nos últimos 12 meses. “A Selic atual está 2,85 pontos percentuais acima do nível necessário para conter a inflação e evitar prejuízo ao crescimento econômico.”

“Ruídos passageiros”

A CNI reclamou de que a decisão do Copom é baseada em “ruídos passageiros” sobre o cenário econômico do país. Segundo a entidade, não podem se sobrepor à tendência traçada pelos núcleos de inflação, indicadores que eliminam do Índice

Projeto para ampliar investimentos no sistema portuário

A Câmara dos Deputados recebeu ontem o anteprojeto de lei elaborado por uma comissão de juristas, que inclui advogados e membros dos Tribunais Superiores, com o objetivo de modernizar a legislação portuária brasileira. O texto estabelece um marco regulatório para atrair investimentos, define que as políticas para o setor serão interministeriais, padroniza as relações trabalhistas no setor às normas vigentes no mercado de trabalho nacional e revê algumas atribuições da Autoridade Portuária. Criado por uma iniciativa do presidente da Câmara, Artur Lira (PP-AL), a comissão elaborou o texto para reformular a Lei Geral dos Portos, de 2013. O presidente da comissão é o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Douglas Alencar.



Por mais competitividade

Os portos brasileiros são responsáveis por 95% da movimentação das exportações e importações brasileiras (segundo relatório da OCDE 2022) e demandam um marco regulatório que promova eficiência, segurança e competitividade. Para os juristas, mesmo com os avanços institucionais advindos das leis de 1993 e 2013, o setor ainda está aquém se comparado a outros portos internacionais, o que torna imprescindível a apreciação da nova proposta legislativa.

Telecoms se reúnem em Brasília para fortalecer setor

O Painel TeleBrasil comemorou 50 anos em Brasília com dois dias de intensos debates que reuniram os principais nomes do setor de conectividade e inovação do país. No encontro, o presidente da TeleBrasil e CEO da Vivo, Christian Gebara, afirmou que a alta tributação e o uso excessivo das redes pelas big techs são os principais desafios do setor na atualidade. “Entre os 15 países com maior número de celulares, o Brasil tem a 3ª maior carga tributária. São R\$ 60 bilhões em tributos recolhidos por ano e mais R\$ 5 bilhões em contribuições para os fundos setoriais”, disse.



Anatel fará consulta pública

Sobre isso, o presidente da Anatel, Carlos Baigorri (E), anunciou que a Agência fará, em 2025, uma consulta pública com a proposta de regulação das big techs. “Fizemos três tomadas de subsídios ao longo deste ano e ano que vem devemos ter a consulta pública para a proposta de regulamentação desse tema”, prometeu durante o encontro.

Cobrança à Aneel

O ministro aproveitou o encontro para cobrar celeridade da Aneel na aprovação do regulamento de compartilhamento de postes entre empresas de energia elétrica e de telecomunicações. Em julho, a Aneel extinguiu o processo da regulamentação conjunta com a Anatel.

Inclusão na alíquota de cashback

Outro assunto que movimentou o evento foi a reforma tributária. O relator na Câmara dos Deputados do projeto de regulamentação do texto, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), afirmou que vai apoiar a inclusão de telecomunicações na mesma alíquota de cashback aprovada para energia elétrica, água, esgoto e gás natural. A mudança foi acolhida no relatório da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal.

Cidadania e conectividade

Ainda no Painel TeleBrasil, o ministro das Comunicações, Juscelino Filho (D), reforçou que o setor tem um papel fundamental na vida das pessoas. “Ele é essencial para o exercício da cidadania porque permite o acesso a serviços digitais e privados. Todos dependem da conectividade”, destacou.



Eleições



2024

Ao Podcast do Correio, o advogado Paulo Maurício, o Poli, candidato à presidência da OAB-DF, disse que optou pelo curso de direito por gostar de ajudar as pessoas e que a advocacia é “estar em grupo”

Uma paixão desde a adolescência

» DARCIANNE DIOGO

Desde a adolescência, Paulo Maurício, o Poli, sabia o caminho que iria percorrer no futuro: o direito. O brasiliense é candidato à presidência da seccional do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF) e contou, em entrevista ao Podcast do Correio, conduzido pelas jornalistas Ana Maria Campos e Adriana Bernardes, a trajetória na advocacia, os impasses e as vitórias na carreira.

Filho de servidores públicos, Poli foi o primeiro da família a optar pelo curso de direito pelo simples fato de gostar de ajudar as pessoas. “Desde o começo, sabia que o direito era o caminho, porque gostava de estar com gente, ajudar pessoas, trabalhar onde tem problema, e já fazia isso na escola. Gostava de grêmios, de centro acadêmico e sempre fui muito envolvido em grupo. A advocacia é isso: é estar em grupo, estar ajudando as pessoas”.

O advogado relembrou dos tempos de escola, das gincanas, das festas e das competições. Era ele que dançava, cantava e estava envolvido em todos os eventos. Chegou a ser representante de classe e de grêmios. A descoberta da paixão pela advocacia ocorreu depois de fazer um estágio em um escritório para trabalhar com o direito tributário e empresarial. “Costumo brincar que na área do direito, muitas vezes, você é escolhido, e não escolhe. Eu me apaixonei pela área (no estágio), comecei a estudar, fiz pós-graduação, mestrado e me tornei advogado empresarial e tributário desde então”, detalhou.

Questionado sobre a vontade de fazer concurso público, Poli deixou claro que nunca quis tomar outro



Podcast do Correio com Paulo Maurício, o Poli, candidato à OAB-DF

rumo na carreira. Há 17 anos, fundou o próprio escritório de advocacia, depois de acumular uma vasta experiência em outras bancas. “Como eu sou advogado 100% partitular, claro que tem meses bons, meses ruins, tem momentos em que você tem o seu escritório com mais atividade, menos atividade. Você tem que ter uma preparação

para isso, é um estilo de vida diferente”, destacou.

Poli citou, ainda, as dificuldades enfrentadas no período da pandemia causada pelo coronavírus. À época, ele atuava como diretor financeiro da OAB-DF. Apesar de ter sido infectado pelo vírus duas vezes, não teve complicações. “Minha esposa chegou a ser internada, tivemos que ficar com ela no hospital por um tempo, mas foi tudo bem, graças a Deus. Não tive nenhuma intercorrência maior com parentes próximos, mas foi um momento de grande desafio. Da Ordem nem

se fala, porque nós tivemos que fechar as portas, transformar a Ordem toda num aspecto tecnológico para atender à advocacia, parlatório virtual para atender aos presos. A OAB-DF foi a única que conseguiu fazer com que o sistema prisional do DF não parasse em nenhum momento.”

Infância e legado

Para além da advocacia, Poli sempre manteve uma relação de amor com o esporte. Na escola, chegou a integrar times de

futebol, handebol e vôlei. A infância também foi marcada pelas brincadeiras de rua ao lado de amigos, quando morava na Asa Norte. “Era uma vida mais livre (do que a dos adolescentes de hoje). A gente andava de ônibus o tempo inteiro aqui em Brasília, ia para os lugares, não tinha celular, não tinha tanto controle. Hoje, ficamos um pouco mais preocupados com isso. Mas eu dou liberdade para eles (meus dois filhos). São momentos diferentes, formas diferentes, mas que acho que tem características próximas, que é de



Desde o começo, sabia que o direito era o caminho, porque gostava de estar com gente, ajudar pessoas, trabalhar onde tem problema

Paulo Maurício, o Poli, candidato à presidência da OAB-DF pela chapa “OAB para todos”

querer estar com pessoas”, frisa.

Nos momentos livres e fora do trabalho, Poli procura estar junto à família e carrega, no peito, a paixão pelo time do Vasco que, segundo ele, segue há cinco gerações. Outra paixão de Poli é Brasília. O advogado nunca cogitou morar em outro lugar. Ao longo da vida, morou fora por duas vezes: uma para fazer intercâmbio nos Estados Unidos e a outra para fazer um mestrado em São Paulo. “Uma vez, tive convite profissional para morar em São Paulo e trabalhar, mas não quis porque eu não queria sair de Brasília de forma nenhuma. Eu gosto da cidade, gosto do ambiente, dos amigos, da nossa dinâmica. Essa cidade é sensacional.”

Apesar disso, ele cita alguns problemas a serem solucionados. “Acho que tem havido um crescimento um pouco desordenado. Essa questão da segurança e do trânsito é um problema que a gente tem vivenciado, que não era comum.”